

Abaixo as cotas!

Já se passaram décadas da adoção da política de cotas. Hoje temos Cotas Raciais, Cotas de Gênero Sexual e Cotas Socioeconômicas. Em praticamente todas as instituições, eleições e concursos públicos as cotas se fazem presentes. Quase todos os partidos eleitores, sejam eles o DEM ou o PSTU, o PT ou o PSOL, defendem as cotas. Entre o setor mais progressista da sociedade, o apoio à política de cotas é quase uma unanimidade.

Isto não é de se surpreender. Ao enxergarmos uma universidade pública com negros e índios, ao seres humanos de todas as orientações sexuais saírem do armário e se beijarem em praça pública, ao concursos públicos e eleições reservarem parte das vagas para mulheres, negros, indígenas etc. – como duvidar que as cotas diminuam as injustiças para com os negros, índios, mulheres, gays, lésbicas e assim por diante? Não sendo possível uma revolução para terminar de vez com todas as iniquidades da sociedade burguesa, as cotas e as ações afirmativas constituiriam um avanço em direção a uma situação menos desigual. Melhor com cotas do que sem cotas, reza a crença generalizada!

Esta a primeira linha de defesa das cotas: elas seriam meios para a diminuição das desigualdades. A segunda linha de defesa argumenta que, ao as minorias ascenderem socialmente, dar-se-ia passo importante para combater os preconceitos de todos os tipos. Com negros, índios, nordestinos se tornando burgueses, com mulheres nos comandos dos grandes bancos e conglomerados econômicos, com gays e lésbicas ocupando postos de comando no Estado, se elegendo deputados, senadores, governadores etc. – evidentemente se estaria eliminado o preconceito que diz que essas pessoas não seriam capazes de serem burgueses, CEO e diretores de grandes firmas ou altos dirigentes do Estado. As cotas seriam o início do fim dos preconceitos que reduzem estes seres humanos à condição “dos de baixo”, de sub-humanos. As cotas e as ações afirmativas, parece ser a opinião mais comum, não apenas diminuem as desigualdades, mas também os preconceitos.

Verifiquemos a validade dessas duas linhas de defesa das cotas examinando um único caso que, de tão típico, suas linhas gerais podem ser estendidas para todos os outros: as cotas sob os governos do PT.

O PT e as desigualdades sociais

Lembram-se das promessas petistas? Distribuição de renda? Todos os dados confirmam que sob o petismo tivemos uma ainda maior concentração da renda: seis indivíduos terminaram possuindo a riqueza equivalente à de 150 milhões de pessoas! Defesa dos direitos dos trabalhadores? Reforma

da previdência, integração dos sindicatos ao Estado em um grau inédito, cooptação do movimento popular e de suas principais lideranças (de Stedile a Boulos) e apoio ativo aos empresários na adoção de novas tecnologias que ampliam a exploração e o desemprego: que defesa dos trabalhadores pode ser essa?

Combate ao machismo e ao conservadorismo? Antes dos anos petistas, ainda se podia fazer abortos. Hoje está praticamente impossível! Combate ao conservadorismo? Quando os fundamentalistas mais ampliaram a influência sobre a educação pública do que sob os petistas? E ainda mais: quem fez frente com Edir Macedo, quem paquerou com os evangélicos, quem nada vez para combater o crescimento da direita fundamentalista no Congresso, antes se aliou seguidamente a seus próceres? Quando a “Escola sem partido” obteve suas primeiras e importantes vitórias (lembra-se do caso do Rio, Estado em que foi legislado que escolas públicas devem ensinar que há duas teorias igualmente válidas, a criacionista e a evolucionista)? Quando a direita mais cresceu? Quando, antes, os evangélicos tiveram a bancada no Congresso que conquistaram sob o PT, muitas vezes com o apoio do próprio PT? Quando, antes de Lula e Dilma, foi o poder eleitoral dos “fundamentalistas” tão usado pelos ocupantes do Planalto? E a bancada da bala? Quando foi mesmo que ela se formou?

Reforma agrária? Com verbas e mais verbas sendo generosamente destinadas aos latifundiários? Com o *agrobusiness* sendo saudado como salvador da pátria? Defesa do SUS? Quando foi que os planos de saúde mais cresceram? Defesa da educação pública? Quando os grandes grupos capitalistas internacionais entraram para valer no nosso sistema educacional? Quando conhecemos a maior expansão das universidades privadas? Quando as universidades privadas receberam mais recursos públicos que as públicas? Quando assistimos à intensificação da decadência teórica e acadêmica das universidades públicas até chegarmos à situação presente?

Independência do país do capital internacional? Seria para rir, se não fosse uma tragédia para milhões de brasileiros! Não foi Lula quem trouxe Meirelles, funcionário do Banco de Boston, para dirigir o Banco Central? Quando os bancos foram tão lucrativos? Quando as reservas brasileiras foram colocadas à disposição do FMI? Quando se aprofundou a “integração” da economia nacional ao sistema mundial do capital? Quando mandamos tropas ao exterior como auxiliares à imposição da *Pax Americana* sobre o planeta?

“Ética” na política? Só se por ética entendemos a promoção dos interesses do estamento político-burocrático e de uma parcela da burguesia interna também através do “mecanismo” de corrupção que alguns calculam como sendo da ordem de 600 milhões de reais por dia, 290 bilhões por ano? Mensalão, Petrolão, Lula declarando R\$ 7 milhões de fortuna do casal no inventário de sua

esposa, Marisa, e o juiz não aceitando por serem valores muito subestimados? Nos lábios petistas, o vocábulo “ética” tem o mesmo conteúdo que quando dito por Temer e consortes.

Há ainda um outro aspecto importante a ser considerado: a complacência dos governos petistas para com o aparato repressivo, do qual Bolsonaro é um representante nato.

Se há algo que diferencia Bolsonaro dos representantes do capital que ocuparam o Planalto até agora é sua truculência, seu radical conservadorismo na moral e nos costumes e sua aberta apologia à violência, à ditadura militar, às torturas e aos torturadores. Esta constatação deve ser seguida de uma questão: como foi possível que esta vertente política viesse a predominar depois de 16 anos de governos petistas?

Revisitemos o passado não tão distante.

Lembram dos discursos acerca da democratização do Estado? Da defesa dos direitos humanos? Pois bem, recordem também como Genoíno foi destacado para impedir que os crimes da Ditadura viessem a público e os responsáveis fossem punidos na forma da lei. Como se continuou com a vergonhosa política da “Comissão da Verdade” (a de comprar o silêncio das vítimas da Ditadura com polpudas indenizações). Lembram-se do ativo apoio à manutenção do aparelho repressivo da ditadura em nome da “governabilidade”? Dilma sequer processou Ulstra! Não foram nossas tropas enviadas para o Haiti para, entre outras coisas, treinarem como intervir em favelas como as do Rio de Janeiro? Não foram os governos petistas complacentes com a manutenção da tortura em praticamente toda delegacia de polícia do país? Não foram ativos no aperfeiçoamento do aparelho repressivo? Não foi sob eles que as milícias mais se desenvolveram e ganharam o poder que têm hoje? Quando as empresas de segurança privadas se desenvolveram até ter hoje um contingente duas vezes maior que o da polícia? Quando, em nome da “defesa da democracia”, foram aprovadas as leis mais duras contra a oposição política desde a redemocratização? Quando os convênios com a Interpol, a CIA e o FBI não apenas foram renovados, mas “desenvolvidos”? Quem reprimiu o movimento e a liderança de 2013? Quem colocou Sininho em uma vida clandestina? Se tudo isso não foi obra do petismo, não vivemos no mesmo planeta

Lembremos que nada disso custou ao PT o rompimento de seus atuais satélites!

O PSOL, o PC do B e mesmo o PCB apoiaram a Comissão da Verdade e a política de indenizações em troca do silêncio dos torturados e perseguidos. O PC do B não abandonou o apoio ao governo petista, antes abandonou em covas não identificadas os cadáveres de seus ex-camaradas do Araguaia e colaborou para deixar impune seus algozes! Atuais dirigentes do PCB aceitaram indenizações e abriram mão de processar o Estado pelas torturas sofridas! Nem se envergonham deste feito! (Muito diferente de Anita Prestes que, com honra, teve que aceitar a indenização para

poder se aposentar, mas doou a mesma para uma entidade filantrópica e denunciou publicamente a rendição promovida com verbas públicas pelos petistas!)

Petistas, psolistas, pecebistas, pecedobistas... todos foram coniventes, quando não ativos na preservação dos setores mais radicais das hostes de Bolsonaro – lembremos: em nome da governabilidade.

Estas forças políticas aprenderam com o passado? Que nada! Nas últimas semanas das eleições de 2018, em vez de investir na denúncia dos crimes que os ditadores cometeram contra a humanidade, de bater duro no conservadorismo e reacionarismo de Bolsonaro, tentaram Haddad e os petistas... se passar por bolsonaristas!! Beijaram a mão de bispos, falaram em entregar armas “às pessoas certas”, abandonaram a defesa do direito ao aborto e ao planejamento familiar, calaram-se ante as propostas de militarização das escolas... e se vestiram de verde-amarelo!

A volta do cipó de aroeira da traição das esperanças que o país depositou nos petistas foi a “sublevação” eleitoral em que hoje surfa a direita inspirada em Olavo de Carvalho.

Bem, o que isso tem a ver com as cotas? Tudo e mais alguma coisa, como argumentaremos.

As cotas

O PT não foi só isso: também promoveu e ampliou a política de cotas. Verdade indiscutível: as cotas foram amplamente empregadas pelos petistas. Vejamos, para além do discurso, com quais consequências.

A primeira: a sociedade capitalista é desigual não porque os negros, homossexuais, mulheres etc. ocupam uma posição de inferioridade, mas porque a sociedade capitalista sempre e necessariamente gera e amplia injustiças de todas as ordens, a começar pela desigualdade na distribuição da riqueza. A razão deste fato está na base produtiva da sociedade: no modo de produção capitalista, tudo o que produzimos é mercadoria. Ao produzirmos mercadorias, já está determinado como a riqueza será distribuída. Aos burgueses, retorna o capital acrescido da mais-valia. Com isso os empresários acumulam a riqueza. Os operários e trabalhadores recebem um salário que mal chega ao final do mês. Não acumulam riqueza, ficam apenas com seus salários. Por isso, enquanto produzirmos mercadorias, a concentração da riqueza vai aumentar sempre. Sempre haverá os de cima e os de baixo, os humanos e os sub-humanos. Não há como ser diferente! A política de cotas sequer toca esta questão fundamental, antes a vela.

A segunda consequência: os preconceitos (racismo, machismo, sexismo, homofobia etc.) refletem na consciência uma formação social que mantém a maior parte de sua população em uma

posição de subalternidade. São reflexos na consciência de uma situação social real, concreta. Não são a causa da opressão dos negros, homossexuais, mulheres etc. A causa da opressão é a exploração dos trabalhadores pelo capital e, não, os preconceitos. Estes são apenas a constatação, pelo senso comum cotidiano fortalecido pela ideologia dominante, de que alguns são inferiores e que outros são superiores – e são mesmo, na ordem burguesa!

O argumento de que as cotas diminuem os preconceitos inverte causa e efeito e, tomando o efeito por causa, deixa a causa intocada. Quer combater a desigualdade eliminando os preconceitos, quando é a desigualdade que gera preconceitos. Sem eliminar a desigualdade real, o combate aos preconceitos não tem nenhum efeito real. Uma sociedade é preconceituosa porque é essencialmente uma produtora de desigualdades e, não o oposto: não são os preconceitos que fazem desigual uma sociedade, é uma sociedade que gera desigualdade que dá a aparência de verdade aos preconceitos.

Tomar o efeito pela causa é a artimanha mais antiga da ideologia das classes dominantes, desde Roma até nossos dias! É justamente isso que a política de cotas realiza: vela as causas e justifica a ordem do capital.

As cotas não alteram – nem se propõem a alterar – a estrutura produtiva da sociedade baseada na produção de mercadorias. Já que é desta estrutura produtiva que brotam todas as desigualdades e injustiças (como vimos acima), as cotas, ao velar as causas e “dirigir a luta” contra os efeitos, apenas contribuem para reproduzir as injustiças que dizem combater. Sem alterar, sequer superficialmente, a estrutura produtiva, as cotas apenas auxiliam a reprodução da sociedade que gera as mesmíssimas injustiças que dizem combater pois velam as verdadeiras causas dos preconceitos e das injustiças.

O exemplo da República Sul-Africana, aquela de Mandela e do CNA, é muito expressivo. Saíram do *apartheid* para uma sociedade que conta agora com uma burguesia bicolor e que explora os trabalhadores e operários ainda mais intensamente que no passado! A cor da pele (ou o sexo, ou a orientação sexual) de uma personificação do capital é muitíssimo secundária para a reprodução do próprio capital. Se a burguesia é branca ou negra, se o operário é branco ou negro, para o capital tanto se lhe dá. O que importa é que o trabalhador ou o operário produza a mais-valia para o burguês! O mesmo se o burguês ou o diretor de uma multinacional, se o deputado ou o governador – ou mesmo o presidente do país – for mulher, homem, gay, lésbica, negro ou indígena-- ou operário. Estas peculiaridades pessoais pouco influem e, quando influem, é sobre o secundário, não sobre o essencial, das injustiças e opressões.

Divide et impera

Se a cor ou a orientação sexual do operário ou do burguês pouco importa para a reprodução do capital, não menos verdade que, nas circunstâncias atuais, a ascensão social de algumas pessoas “das minorias” tem aumentado o poder das classes dominantes em manter sob exploração os operários e trabalhadores. Por três vias, basicamente.

A primeira é incrivelmente cruel. Uma parte ponderável dos “de baixo” que ascende socialmente passa a constituir uma aristocracia dos “minoritários” e, correspondentemente, adotam a concepção de mundo da sua nova classe social. (Lembram-se? “A existência determina a consciência”). Nas empresas, no Estado, nas Universidades e na imprensa, comportam-se agora como as personificações do capital que se tornaram. Correspondentemente, adotam a defesa dos governos neoliberais cujas políticas afirmativas possibilitaram suas escaladas sociais; justificam a sua atual riqueza pelos seus méritos individuais pois souberam aproveitar a “oportunidade criada pelas cotas” – e passam a culpar os seus antigos companheiros de classe (ou da cor da pele, ou da orientação sexual, ou de gênero) como se os deméritos individuais de todos eles fossem as causas de suas misérias. Eles não teriam sabido “aproveitar as oportunidades” trazidas pelas cotas.

Forma-se assim, no plano ideológico, um aristocracismo reacionário composto pelos “dos de baixo” que “subiram”. Este aristocratismo é o reflexo na consciência do surgimento de uma minúscula aristocracia originada dos negros, dos indígenas, das mulheres e assim por diante. Agora, além dos defensores tradicionais da ordem burguesa neoliberal, temos também defensores que possuem o “lugar de fala” dos “minoritários” e, por isso, podem fazer uma defesa “insuspeita” da ordem capitalista.

O surgimento desta aristocracia “dos minoritários” tem uma imediata consequência política. Tal como é da aristocracia operária que sai a maioria dos líderes sindicais e partidários do proletariado, também é dos líderes dos movimentos feminista, negro, das mulheres, dos homossexuais etc. que saem a maioria dos que ascendem socialmente com a ajuda das cotas. A razão é simples de se entender: na maior parte das vezes, são eles os mais cultos, mais esclarecidos, com maior capacidade de argumentar e de liderar. Com esta elevação social de suas lideranças, a maioria dos movimentos “minoritários” terminou transformada em base eleitoral dos governos neoliberais em sua vertente petista ou, pior ainda, são cooptados pelos Estados neoliberais sob a direção petista. Mudando o que deve ser mudado, algo similar ao que aconteceu com os sindicatos e centrais sociais que intensificaram sua integração ao Estado com a “república dos sindicalistas”, no dizer de Chico de Oliveira.

Esta é a primeira via pela qual as cotas auxiliam a manutenção da ordem burguesa.

A segunda via é basicamente ideológica: os defensores da ordem capitalista podem esgrimir contra as multidões oprimidas os sucessos isolados de alguns indivíduos. Se alguns puderam subir na vida, o problema não residiria na base produtiva da sociedade, mas na incapacidade dos muitos repetirem a façanha de alguns poucos. A causa da desigualdade não residiria na sociedade, mas nos indivíduos: a prova é que alguns negros, homossexuais, mulheres etc. ascenderam socialmente.

A terceira via pela qual as cotas fortalecem os preconceitos está nelas próprias. A definição de racismo é distinguir as pessoas pela cor da pele, pela raça. Caso, por lei, uma vaga na universidade ou em um emprego seja reservada a um indivíduo branco, isto não é racismo? Se for reservada a um negro, indígena ou mulher, por que não seria racismo? Se um branco pode entrar em uma universidade e tirar o seu diploma com notas menores do que as de um negro ou indígena, não seria isto racismo? Por que, então, se for um negro ou indígena a receber este privilégio (e não um branco), não seria igualmente racismo?

As cotas não apenas são racistas, mas ainda colaboram para a manutenção do racismo. Senão, vejamos. Quando o “minoritário” ganha direitos de tirar seu diploma de médico com menor nota que um branco, quando ele for para o mercado de trabalho o privilégio concedido pelas cotas manterá sua inferioridade ante o branco. Pois todos saberemos que de um médico negro foi exigido menos do que de um branco e que, por isso, é muito provável que o médico branco seja melhor profissional que o negro. O mesmo vale para as mulheres, os indígenas, os homossexuais etc. As cotas reproduzem o racismo, o patriarcalismo, o sexismo e os preconceitos de todas as ordens, ajudam a manter os negros (mesmo que sejam médicos), as mulheres (mesmo que sejam CEO de multinacionais), os indígenas (mesmo que sejam funcionários públicos concursados etc.) em uma posição de inferioridade no mercado e, portanto, na sociedade. As políticas afirmativas, cotas inclusas, realmente e de fato, fortalecem os mesmos preconceitos que dizem combater! Pois são racistas, sexistas, patriarcais etc. em suas essências!

As políticas de cotas, portanto, contribuem à manutenção da ordem burguesa ao gerar uma aristocracia “dos minoritários” que passa a defender “insuspeitamente” a ordem. Os movimentos “minoritários” se convertem, por essa via, quase sem exceção em base eleitoral do neoliberalismo. Fortalecem o individualismo ao contrapor o sucesso de alguns poucos à miséria das amplas massas. Fortalecem os preconceitos ao contrapor os indivíduos humanos pela cor da pele, pelo gênero, pela orientação sexual e assim por diante.

Bem pesadas as coisas, a política de cotas, não é assim tão nova. É apenas uma variante do “dividir para conquistar”. Joga-se um negro contra todos os outros, um índio contra todos os outros, uma mulher contra todas as outras e, assim o fazendo, ganha-se o apoio aos governos neoliberais de alguns negros, indígenas, mulheres etc. Temos assim, uma dinâmica social nova: a burguesia passa a contar com o apoio ativo de pessoas que por serem negros, indígenas, mulheres e homossexuais possuem um “lugar de fala” que os autoriza a defender a ordem burguesa de modo insuspeito! A burguesia consegue tudo isso sem que tenha que ceder aos “minoritários” nada mais do que algumas vagas nas universidades e nos empregos públicos! O capital ganha muito mais do que antes tinha em sua defesa, sem ter que abrir mão de nada do que já tem!

O pressuposto não demonstrado

A defesa da política de cotas choca-se frontalmente com a realidade. Em nenhum lugar ou país foram além de instrumentos de dominação criados pelo capitalismo e, por isso, contribuem para a reprodução dos preconceitos e para a manutenção das desigualdades.

Todas as políticas neoliberais são, clara e diretamente, concentradoras de renda e riqueza – e todos os estudos com alguma credibilidade indicam precisamente isto. Jamais, em momento algum da história do capitalismo, a concentração de renda foi tão forte e tão intensa quanto no presente. Que Thomas Piketty e Jean Ziegler, para ficar com dois notórios não-marxistas, não nos deixem mentir. Foi também nesse período que as cotas se generalizaram, tanto no Brasil quanto no restante do mundo. Se generalizaram, é bom assinalar, pelas mãos dos mesmos governos neoliberais que promoveram a maior desigualdade jamais conhecida na história humana. E, contudo, ainda que não haja um só país em que as cotas correspondam ao que prometem, ainda que não se conheça nenhum exemplo concreto em que as cotas diminuam as desigualdades e preconceitos, as pessoas continuam iludidas de que as cotas combateriam as injustiças! Há pois que se analisar, ainda que rapidamente, os fundamentos dos argumentos daqueles progressistas que defendem as cotas. (Pois não nos interessa discutir com os reacionários!)

Quando consideramos os argumentos dos que defendem as cotas como um mecanismo de combate às misérias e preconceitos sociais, vemos que partem de um pressuposto não demonstrado: o de que as cotas “evidentemente” diminuem as desigualdades sociais e os preconceitos. O “evidentemente” exige seus defensores de apresentar qualquer prova ou demonstração.

Contudo, como sempre nas ciências e na filosofia, uma afirmação precisa ser demonstrada. Não é o caso do pensamento religioso, que sempre parte de dogmas. No nosso caso, se a defesa das cotas

não é religiosa, acima de tudo há que se demonstrar que, com a implantação das mesmas, não apenas no Brasil, mas também no restante do mundo, passamos a ter uma dinâmica social marcada pela diminuição das desigualdades sociais e, com a ascensão social de pessoas homossexuais, negras, indígenas e do sexo feminino tivemos também uma diminuição dos preconceitos, do racismo e assim por diante.

Podemos, pois, cremos que legitimamente, inverter a questão. Por que não se questiona o alegado poder equalizador das cotas quando por toda a sociedade as desigualdades não param de crescer no período em que conhecemos a política de cotas? Por que não se questionam as cotas se elas são implantadas pelos governos neoliberais que apenas ampliam as iniquidades de todas as ordens? Como é possível tratar as políticas afirmativas e as cotas como se elas não fossem políticas dos Estados neoliberais que promoveram, desde os anos de 1980, uma inigualável concentração de renda e riqueza mundo afora?

Por duas razões que se entrelaçam. A primeira delas é que, em um momento em que a revolução proletária não está na ordem do dia, as cotas exibem a aparência de que diminuem as desigualdades. Como se se raciocinasse por estas linhas: se fosse possível acabar com toda a desigualdade, seria muito melhor. Mas como não podemos fazer a revolução, colocar uns poucos “dos de baixo” em um patamar superior na sociedade seria a pequena redução da desigualdade e dos preconceitos hoje possível. Pequena, mas, ainda assim, uma redução.

O fato de uma mulher, um indígena, um homossexual ou um negro ter passado de *lumpem proletário* a burguês (para ficar com o maior sucesso possível de um cotista) não realiza nenhuma distribuição de renda. Significa, apenas, que uma personificação do capital é um “minoritário” que ascendeu socialmente. Nas mãos de uma mulher, o capital extrai mais valia de um proletário, do mesmo modo que o faria se fosse um negro, homossexual ou indígena. Como o capital sempre concentra renda e riqueza, este fato apenas significa que a exploração dos trabalhadores é também realizada por negros, mulheres, indígenas e homossexuais que, agora, são promotores das desigualdades e, portanto, dos preconceitos que as cotas prometem combater.

A segunda razão: do “lugar de fala” dos “minoritários” que ascenderam socialmente, brota um discurso que legitima as cotas e as políticas afirmativas, desta maneira fortalecendo a força ideológica das concepções justificadoras da ordem. Se os “de baixo” que subiram apoiam as cotas, elas só podem ser positivas, reza a crença cotidiana. Pois quem poderia entender de injustiças e preconceitos melhor do que eles!!

Atenção aqui: poderíamos continuar como em ** mais abaixo ou, então, parar o texto aqui e ter a seguinte conclusão:

Não é, portanto, uma surpresa que a maior parte dos negros, homossexuais, mulheres, indígenas sejam contrários às cotas. Na constatação insuspeita de Tau Godin,

“Gente empobrecida (...) amaldiçoa os cotistas, culpando-os pela sua condição de pouco progresso, apesar de trabalharem a vida toda como jumentos.” (Tau Golin em <https://www.geledes.org.br/os-cotistas-desagradecidos/> em 10 outubro de 2019).

Que os cotistas não são os responsáveis pela miséria de milhões, é algo óbvio. Mas que os cotistas, ao defenderem as políticas afirmativas e compensatórias dos governos neoliberais nada mais fizeram do que servir à burguesia contra os trabalhadores e operários, também é algo óbvio. E isto explica porque uma parcela muito significativa de negros, homossexuais, mulheres etc. votou em Bolsonaro e não no PT nas eleições de 2018. Se apenas a direita condena a política que promove o privilégio de uma minoria, como é a política de cotas, como se assustar com a maioria votando com esta direita contra a “esquerda” que voltou suas costas à maioria? Que Tau Golin não entenda este fato, é compreensível (me permitam) pelo seu “lugar de fala”: professor universitário e defensor do reformismo, não pode mesmo compreender como a reforma é apenas a reforma do que já existe, é apenas a modernização da exploração do ser humano pelo ser humano. Enquanto defensor das desigualdades e dos preconceitos, Golin não concebe que a “gente empobrecida” entenda a essência da política de cotas muito melhor do que ele! Pior para ele, melhor para a revolução!

Deixemos à dita esquerda, aquela eleitoreira, que defendam as minorias (afinal, ser reformista é algo mais do que defender uma reforma dos privilégios da burguesia?). À esquerda revolucionária, não eleitoreira, cabe a tarefa de esclarecer como as cotas não passam de um artifício do capital para dominar a todos nós. Esclarecer que, com as cotas, os burgueses nada cedem e ganham o apoio dos “minoritários” na defesa de sua ordem! Não podemos permitir que a defesa dos interesses históricos das majorias contra as cotas termine sendo uma bandeira da direita contra a revolução.

** Poderíamos continuar assim:

Nenhuma dessas razões são verdadeiras, como já argumentamos. Contudo, a crença em algo manifestamente falso é um fenômeno ideológico muito comum em nossa sociedade. Vejamos um caso que também envolve o Estado e as políticas públicas, a crença no Estado de Bem-estar social,

pois esclarece sobre os fundamentos últimos nessa crença infundada de que as cotas se opõem às desigualdades e preconceitos.

Nos anos após a Segunda Grande Guerra, quando da proliferação de políticas públicas nos Estados de Bem-estar (educação, saúde, moradia, transporte, segurança etc.), também parecia incabível questionar se tais políticas seriam, de fato e realmente, mecanismos de promoção da igualdade, de diminuição da miséria. Muitos foram os historiadores, sociólogos, economistas, assistentes sociais etc. que demonstraram o quanto isto era ilusório. Mas sempre encontraram ouvidos moucos. Como duvidar, dizia o senso comum, que a escola pública gratuita, a saúde pública gratuita, o transporte público subsidiado, o financiamento estatal para a aquisição pelos trabalhadores de casas populares, etc. distribuíam renda e corrigiam as injustiças?

Alguns sociólogos de grande expressão, como Gøsta Esping-Andersen, chegaram mesmo a afirmar que as políticas públicas, ao fornecerem aos cidadãos gratuitamente o que antes era uma mercadoria, seriam mediações para a “desmercantilização” das sociedades que, assim, ao superarem o mercado, estariam também superando o capitalismo. Uma sombra brasileira de Esping-Andersen foram Zimmermann e Silva (O princípio da desmercantilização nas políticas sociais. Cad. CRH [online]. 2009, vol.22, n.56, pp.345-358. ISSN 0103-4979. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792009000200010>), que repetem a tese do autor dinamarquês e, com alguma sofisticação, tivemos Francisco de Oliveira defendendo a existência do “modo de produção social-democrata”. Seu argumento: o fundo público nas mãos do Estado não mais funcionaria como uma mercadoria, estaria para além do mercado! Todos estes autores elogiavam as políticas públicas partindo do pressuposto de que elas não apenas distribuiriam renda, como ainda eram mediações para a superação da sociedade mercantil.

Em uma outra vertente, mais diretamente marxista, tivemos pensadores importantes como Poulantzas e Carlos Nelson Coutinho. Para ambos os teóricos, o Estado dos anos do pós-guerra seria o representante político de toda a sociedade e não mais, como no passado, um Estado da classe dominante. Poulantzas argumentava que o Estado agora seria a expressão política da correlação de forças entre as classes sociais, Carlos Nelson argumentava que o Estado seria agora não mais “restrito”, como na época de Marx e Engels, mas um “Estado ampliado”. Em todas estas teorizações o pressuposto é sempre o mesmo: as políticas públicas distribuíram a riqueza social e o

Estado de Bem-estar seria expressão do processo de democratização do Estado que estaria articulada à diminuição das desigualdades sociais.

A crença generalizada tornava insensato questionar o pressuposto de que as políticas públicas dos Estados de Bem-estar promoveriam a igualdade social. Este pressuposto, de tão evidente, nem precisaria ser demonstrado. Em um modo bastante similar a como hoje é tido por inadmissível se perguntar se as cotas e as políticas afirmativas serviriam como meios para a diminuição das desigualdades.

*Contudo, não há uma só estatística ou estudo que demonstre que os Estados de Bem-estar distribuíram a renda e a riqueza, que combateram a desigualdade. Pelo contrário: há uma abundância de estudos e estatísticas que indicam precisamente o oposto. Isto é, que foram um eficiente mecanismo de concentração da renda e riqueza e, portanto, de aumento da desigualdade. O aumento da massa salarial de uma parte dos trabalhadores foi mediação para concentrar a riqueza (pela mediação da mais-valia relativa) nas mãos dos capitalistas e para manter o restante dos trabalhadores na miséria. Além disso, o capital imperialista destes países se reproduzia aumentando a miséria nos países da periferia do sistema principalmente através das multinacionais e das ditaduras que os Estados de Bem-estar esparramaram pelo mundo todo. As políticas públicas dos Estados de Bem-estar foram mediações para a concentração e, jamais, para a distribuição de renda e/ou riqueza. Tratamos disso em nosso livro *Capital e Estado de Bem-estar*, o caráter de classe das políticas públicas (Instituto Lukács, 2013¹) e, por isso, não é necessário que aqui nos alonguemos.*

Por que, então, não questionamos as cotas?

Tanto as ilusões no poder igualizador dos Estados de Bem-estar, no passado, quando as ilusões atuais no poder “corretor” das cotas, têm por base o mesmo fenômeno ideológico: isolam-se as políticas públicas (no caso dos “30 anos dourados”) ou as cotas (no nosso caso) do contexto em que de fato são implementadas, da totalidade social em que surgiram e se desenvolveram. Com este isolamento, vela-se a função social das mesmas: fora da totalidade da reprodução do capital, eleva-se a axioma a tese de que o Estado de Bem-estar distribuía renda e riqueza; isolando-se as cotas da circunstância histórica em que ocorrem, torna-se uma inquestionável “evidência” que as cotas “corrigem” injustiças. Já que a ideologia burguesa é essencialmente particularista,

¹Todos os livros do Instituto Lukács bem como do Coletivo Veredas podem ser baixados gratuitamente dos sites correspondentes.

individualista, descartar a sociedade e abarcar apenas seus aspectos particulares é para esta concepção de mundo tão normal e natural quanto o Sol nascer a leste.

No passado, eram mencionados os bairros construídos para os trabalhadores nas periferias de Paris pelas administrações comunistas ou socialistas como provas definitivas do poder distribuidor de renda e de riqueza dos Estados de Bem-estar. Mas velava-se que tais casas e apartamentos eram construídos com tijolos e outros materiais produzidos por trabalhadores miseráveis na França e, principalmente, na Argélia, reproduzindo e ampliando a miséria e exploração destes operários. Também não se mencionava que tais apartamentos eram fornecidos por financiamentos estatais que não apenas tornavam o operário para sempre dependente do seu emprego e, portanto, mais dócil frente ao patrão, como ainda garantiam vultuosos lucros aos bancos. E, por fim, também não se mencionava que, ao tornar a moradia deste operário mais barata, derrubava o valor de sua força de trabalho, ampliando a mais-valia relativa e, assim, a concentração da riqueza nas mãos dos burgueses. A política de moradia dos Estados de Bem-estar apenas concentraram a renda, nada mais!

Considerado, portanto, a totalidade da sociedade, a política de moradias dos Partidos Socialista e Comunista em Paris servia antes ao capital que aos operários, concentrava em vez de distribuir a renda e a riqueza. Verdade que alguns operários passaram a viver melhor por alguns anos (até que o desemprego e a crise estrutural reduzissem tais conjuntos habitacionais em pouco mais que favelas dominadas pelo desemprego, pelas drogas e pelas gangs). Mas apenas a minoria! A maioria dos operários continuava na mesma ou mesmo em uma situação pior, na medida em que a reprodução do capital degradava as condições de vida da maioria dos trabalhadores.

Algo muito similar com as cotas.

Temos agora uma centena de “cotistas” nos bancos universitários, nas repartições públicas e alguns direitos são estendidos às “minorias”. Enquanto isto ocorre, o que se passa no restante da sociedade? Se, ao contrário de uma política que melhore o ensino público em todos os níveis e abra as universidades para todos os cidadãos, temos a adoção de cotas como parte de uma política voltada a promover a decadência do ensino público em todos os níveis e a financiar a expansão do ensino privado, elitista e lucrativo, qual pode ser a função das cotas senão garantir à mesma minúscula minoria (agora com alguns negros, índios e “minoritários”) a entrada em uma universidade decadente, seja pública ou privada?

O mesmo vale para o Bolsa Família, mudando o que deve ser mudado. A mulher miserável que recebe os não menos míseros reais da bolsa, vai direto à venda do bairro adquirir o que a bolsa

tornou possível: macarrão, açúcar, uma sandália etc. O dono da vendinha já sabe que no dia em que a bolsa chega vai sair de sua loja o macarrão, o açúcar, a sandália etc. Alguns dias antes, se abasteceu no distribuidor regional. Este, já prevendo o aumento da demanda naquela data, abasteceu seu estoque no distribuidor estadual, quase sempre nas mãos da mesma oligarquia que há séculos mantém a população do Estado na miséria. Portanto, alguns dias antes da bolsa chegar para os miseráveis, o oligarca já se apoderou de todos esses recursos acrescidos dos juros e dos lucros inerentes a esta transação. Mas isto não é tudo. Como a senhora miserável que recebeu a bolsa gastou, além dos valores desta, também o que conseguiu amealhar com seus “bicos” ao longo do mês, o oligarca também concentrou em sua conta bancária tudo o que os miseráveis juntaram ao longo de um mês de trabalho. Assim o oligarca tem um lucro muito maior com a verba do Bolsa Família sendo entregue aos miseráveis do que diretamente a ele, como era feito no passado, quando as verbas para “combater” a miséria vinham de Brasília diretamente aos oligarcas no poder. Por este exato motivo não é apenas a maior parte da esquerda e dos progressistas que defendem o Bolsa Família, mas também a oligarquia nordestina.

Ainda, tal como ocorre com aqueles que pelas cotas entraram na universidade e nos empregos públicos que passam a defensores dos governos neoliberais, também os miseráveis que recebem o Bolsa Família passam a defender o governo neoliberal que não apenas reproduz, como ainda amplia, a miséria país afora. Tal como, no passado, esses mesmos miseráveis bendiziam a Igreja com suas esmolas!

Estas são as causas mais profundas da persistência das ilusões no poder corretor de injustiças das cotas. Tais ilusões possuem bases sociais reais, são reflexos na consciência de processos ideológicos profundos e generalizados pela ideologia dominante: toma-se a parte pelo todo e, desconectada a política social da reprodução do capital, atribui-se a tais políticas poderes que seriam mágicos se fossem de fato poderes reais. Distribuiriam renda e combateriam as injustiças mantendo a mesma base produtiva da sociedade. Isto, apenas sendo um poder milagroso.

Godin e “Os cotistas desagradecidos”

A assim denominada esquerda e da opinião pública que se quer progressista passam a defender o direito de alguns poucos ascenderem socialmente em vez de combaterem uma estratégia que oferece algumas poucas vagas nas escolas e nos postos de trabalho sem troca da promoção do elitismo educacional e do desemprego generalizado,. Ao assim procederem, estes ditos esquerdistas

e progressistas abandonam a defesa da maioria e passam a ser defensores dos interesses de uma minoria. Uma esquerda que defende a minoria contra a maioria deixou há muito de ser esquerda!

Tal como no governo FHC a Campanha Contra a Fome serviu para legitimar politicamente um governo que aprofundou o neoliberalismo iniciado por Collor, sob os governos petistas as cotas, as políticas afirmativas e as políticas compensatórias serviram para trazer para a base eleitoral do governo neoliberal setores que não lá estariam de outra maneira. Do miserável nordestino, ao intelectual acadêmico, do jornalista da Folha de São Paulo ao Renan Calheiros e José Sarney, das lideranças dos movimentos negros, indígenas, homossexuais aos burocratas do Banco Mundial, uma ampla frente se formou na defesa dos governos petistas. E as cotas e as políticas afirmativas jogaram, na costura desta frente “supra-classes” (era assim que a ela o PT se referia, então), um papel ideológico e político relevante.

Na luta de ideias, a crença no patentemente falso cobra sempre um grande preço. A consciência precisa fazer contorcionismos para apresentar como indiscutível verdade o que é patentemente falso. O discurso precisa adquirir uma nova qualidade: a de dizer sem afirmar, o de sugerir antes de postular com precisão. Na defesa das cotas, esses contorcionismos estão se tornando mais do que um lugar-comum. Vejamos, novamente, um exemplo que, de tão típico, pode ser facilmente generalizado: o artigo “Os cotistas desagradecidos”, de Tau Godin.

Tau Godin é um dos intelectuais que melhor têm representado a concepção de mundo dos que defendem as cotas. Vejamos alguns dos parágrafos de um seu texto. Eles são suficientes para expor o essencial das características teórico-ideológicas dos textos típicos que defendem as cotas. Inicia o texto por estas palavras:

“A cota, no geral, é um pequeno acelerador para retirar as pessoas da naturalização da miséria, um meio temporário de correção histórica da condição imutável da pobreza. Se a política de cotas é essencial em sociedades estratificadas, pode-se imaginar a sua necessidade neste Brasil amaldiçoado pela escravidão e etnicídio dos povos indígenas. (...)” (Tau Golin (Luis Carlos Golin) em <https://www.geledes.org.br/os-cotistas-desagradecidos/> em 10 outubro de 2019)

Há muitos aspectos destas palavras que, em um artigo mais longo, mereceriam ser analisados. Vamos apenas aos aspectos mais importantes. Argumenta Golin que “A cota, no geral, é um pequeno acelerador para retirar as pessoas da naturalização da miséria”. O que significa “um pequeno acelerador”? Acelerar apenas pode ser apressar o ritmo de algo que já existe. Não se trata de criar uma dinâmica nova, mas de acelerar (e em pequeno grau) exatamente *o quê* daquilo *que já*

existe? Em relação à qual tendência da reprodução social nosso autor pretende que as cotas servem de “pequeno acelerador”? Será que imagina ele que há em nossa sociedade uma lenta tendência, que precisa ser acelerada, à igualdade e à justiça social?

As cotas, continua, serviriam “para retirar as pessoas da *naturalização da miséria*” ou serviriam para retirar as pessoas *da miséria*? As expressões estão longe de serem sinônimas. A naturalização da miséria é um fenômeno sobretudo ideológico, a miséria é um fato antes de tudo objetivo. Trata-se de “corrigir” a “naturalização da miséria” ou de se superar a miséria? Trata-se de alterar a condição objetiva da miserabilidade, que brota da reprodução do capital? Ou trata-se de alterar a percepção que as pessoas têm da miséria como algo natural e inevitável? A função das cotas é ideológica (mudar como as pessoas pensam) ou teriam uma função objetiva, de “pequena aceleração” da “correção” (fiquemos com Godin) da miséria objetiva?

O autor também faz a defesa das cotas como “um meio temporário de correção histórica da condição imutável da pobreza”. Novamente, “meio temporário” quer dizer por quanto tempo? As cotas já existem desde a década de 1960 nos países capitalistas avançados. Por quanto tempo mais este “meio temporário” precisará existir? Na ausência de qualquer critério, a temporalidade das cotas se converte em eternidade quase automaticamente. Será que se cria um meio “temporário” sem prazo de validade porque, como o “meio” não serve para o que se propõe, ficará sendo para sempre necessário?

Além disso, “correção histórica da condição *imutável* da pobreza” não tem o mesmo significado de “correção histórica da *condição da pobreza*”. Deixando de lado o que seria a tal “correção histórica” (que na pena de um nazista seria bem diferente do que na pena de um comunista), deve-se apontar que a “condição da pobreza” pode deixar de ser “imutável” sem que a pobreza desapareça. Quando as sociedades agrárias passam por processos de industrialização e urbanização, para pegar apenas um exemplo, a pobreza se altera e se intensifica com a concentração da renda resultante desse processo. Podemos, portanto, “corrigir” a pobreza tornado-a “mutável” sem que sequer a amenizemos.

Sociedade estratificada? Há alguma sociedade contemporânea que não seja composta por classes sociais, mas por estratos? A “política de cotas é essencial em sociedades estratificadas”: “essencial” para quê? Qual o seu papel nas “sociedades estratificadas”? “Corrigir” a “naturalização” da “miséria” tornando-a “mutável”? Acelerar um pouco a correção da naturalização da miséria?

Isto não é tudo. Segundo nosso autor, vimos,

A cota, no geral, é um pequeno acelerador para retirar as pessoas da naturalização da miséria, um meio temporário de correção histórica da condição imutável da pobreza. (Tau Godin (Luis Carlos Godin) em <https://www.geledes.org.br/os-cotistas-desagradecidos/> em 10 outubro de 2019)

A mais frequente interpretação dessas palavras tenderia a conduzir à conclusão de que a cota seria um “meio temporário” para corrigir a injustiça histórica da miséria. Hoje, pelo menos década e meia depois de sua implementação em nosso país e mais de seis décadas de sua experiência nos países capitalistas mais avançados, já se pode perguntar: onde e quando as cotas foram capaz de corrigir, mesmo de atenuar, a miséria? Há algum exemplo, um único país que seja, no qual as cotas se revelaram um mecanismo eficaz no combate, mesmo que parcial, à miséria e à concentração de renda e riqueza?

Como sabemos, na sociedade capitalista, a concentração da riqueza é uma determinação que brota imediatamente da produção. Ao se produzir uma mercadoria, já está determinado que seu valor será dividido para pagar os custos de sua produção, o salário do seu produtor e a reprodução do capital investido. Como o salário corresponde ao valor da força de trabalho, o operário e o trabalhador consomem tudo o que ganham em sua reprodução. Já ao capitalista, da produção retorna o capital investido acrescido da mais-valia. Isto determina, na essência do modo de produção capitalista, que a riqueza se concentrará em uma escala crescente. Poderia a política de cota reverter ou amenizar essa concentração? Isto é o que Tau Godin deveria demonstrar. Contudo, é precisamente isto que o texto desconsidera. Nele, a afirmação de que as políticas afirmativas combatem as desigualdades e preconceitos é um axioma, ele sequer se sente na obrigação de demonstrar esta afirmação.

O texto de Tau Godin, acima citado, é uma pletora de afirmações deste tipo: empolamentos que sugerem sofisticação quando não passa de um texto pobre, impreciso. Não por acaso é a esse patamar que se limita a enorme maioria dos textos em defesa das cotas que conhecemos. São, tanto quanto conhecemos, justaposição de lugares comuns com afirmações imprecisas, dúbias, que manifestam desejos do autor antes que a realidade. Isto quando não são apenas vazios de todo conteúdo. Têm de ser assim, pois não há, no mundo real, nenhum fato a ser citado que possa justificar suas teses. Contorcionismos teóricos são os substitutos mais frequentes dos argumentos baseados em fatos quando a realidade nega o texto.

Correspondentemente, Godin apenas pode se surpreender e lamentar com o fato de que a política de cotas não contam com o apoio universal dos “estratos” inferiores da sociedade. Como bem reconhece Golin,

“Gente empobrecida (...) amaldiçoa os cotistas, culpando-os pela sua condição de pouco progresso, apesar de trabalharem a vida toda como jumentos.” (Tau Golin em <https://www.geledes.org.br/os-cotistas-desagradecidos/> em 10 outubro de 2019).

Que os cotistas não são os responsáveis pela miséria de milhões, é algo óbvio. Mas que os cotistas, ao defenderem as políticas afirmativas e compensatórias dos governos neoliberais nada mais fizeram do que servir a burguesia contra os trabalhadores e operários, também é algo óbvio. A defesa da minoria é sempre a defesa da minoria! No mundo burguês, a defesa a minoria é sempre reacionária e conservadora, é sempre a defesa do capital contra o trabalho, da burguesia contra os trabalhadores e operários. Nenhuma surpresa, portanto, que alguns poucos anos de políticas afirmativas tenham revelado uma realidade para alguns paradoxal: uma enorme parcela de negros, pobres, indígenas, homossexuais, mulheres etc. votou em Bolsonaro em 2018, tanto quanto eu saiba o único candidato publica e escancaradamente contra as cotas e a defesa das minorias!

A defesa das minorias é, sempre, a defesa dos privilégios da minoria contra a maioria. Como se pode surpreender que a maioria se volte contra a política de cotas, contra as políticas afirmativas?

Se as políticas afirmativas e as cotas nos ensinam algo, é alguma coisa que não é exatamente uma novidade: uma esquerda que defende o direito da minoria (ou das minorias, tanto faz) é uma esquerda que abandonou a defesa da maioria. Em poucas palavras, deixou de ser uma esquerda! Não é isto parte da tragédia do nosso país contemporâneo? Uma pretensa esquerda que nada mais faz que compor o Partido da Ordem do capital contra os trabalhadores e operários?

Conclusão

As políticas afirmativas são mecanismos para se reproduzir e ampliar a concentração de renda e riqueza.

Do ponto de vista ideológico e político, nos últimos anos jogaram um papel da maior importância. O Bolsa Família, as políticas afirmativas, as cotas etc. angariam o apoio aos governos neoliberais de um amplo espectro político progressista. Praticamente toda a esquerda no país se rendeu às cotas e as políticas afirmativas! Por um astuto golpe de mão, os governos neoliberais souberam neutralizar parte importante da opinião pública mais progressista e à esquerda que, com

isso, abandonaram a oposição frontal e radical aos governos e adotaram uma atitude de oposição propositiva!

Esta a primeira das consequências ideológicas e políticas: neutralizaram forças e setores sociais que, na ausência das cotas, das políticas afirmativas etc. tenderiam a se colocar na oposição aos governos neoliberais, em especial dos governos petistas.

A segunda consequência é que, em especial as cotas, não apenas não combatem o racismo e os preconceitos sociais, como ainda os intensificam. O critério é a cor da pele: isto é a definição exata de racismo. O critério é ser homem, mulher ou homossexual: isto é sexismo e patriarcalismo. Ao contrário da aparência, a cota nem sequer é um racismo, sexismo, patriarcalismo etc. “ao oposto”. Pois, na vida social, no mercado de trabalho, os “privilégios” de conquistar um emprego ou um diploma universitário com menos exigências são traduzidos como uma evidência da inferioridade desses profissionais frente aos brancos, aos “quais não se deu moleza” (dito de um cotista de graduação).

A terceira consequência é puramente objetiva: dá origem a uma “aristocracia” dos “minoritários” que assume sua nova posição de classe na defesa da ordem social em que ascendeu.

Repetimos: com as cotas, a burguesia nada cede e ganha muito na defesa de sua ordem! Por isso precisamos urgentemente passar da defesa ao combate das cotas.

Abaixo as cotas!